



Christian Ingo Lenz Dunker

A Psicose na Criança



Tempo, Linguagem e Sujeito

Copyright 2013 © by CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER

Todos os direitos desta edição reservados à Zagodoni Editora Ltda. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida, seja qual for o meio, sem a permissão prévia da Zagodoni.

EDITOR

Adriano Zago

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Givaldo Fernandes

IMAGEM DA CAPA

Marília de Azevedo Correa e Moreira

REVISÃO

Marta D. Claudino

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

D93p

Dunker, Christian Ingo Lenz, 1966-

A psicose na criança : tempo, linguagem e sujeito / Christian Ingo Lenz Dunker. - 1a. ed. - São Paulo : Zagodoni, 2013.

288 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-64250-57-4

1. Psicanálise infantil. 2. Psicose. I. Título.

13-05703

CDD: 618.928917

CDU: 159.964.2-053.2

Para Mathias

[2013]

ZAGODONI EDITORA LTDA.

Rua Brig. Jordão, 848

04210-000 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 2334-6327

contato@zagodonieditora.com.br

www.zagodonieditora.com.br

Agradecimentos

A Cris, que dividiu comigo este desafio e ajudou a torná-lo também um ato de amor.

Para Nathalia, que na ocasião da escrita deste trabalho ainda nem estava por aqui, mas que, depois disso, nunca me deixou esquecer a etologia, com seu amor aos bichos estranhos e com seu espírito de coragem científica pelas coisas.

A minha mãe, Elisabete e minhas irmãs Simone e Karin pela paciência, incentivo e generosidade.

A Omma Ruth e Auntie Marion pelo auxílio filológico, gramatical e semântico e a meu avô Colin pelo apoio nos percursos da psicologia e do pensamento.

A João Carvalho e Luciane Bizarri pela tolerância e auxílio direto nos momentos de desespero e à pequena Zoé e seu uso admirável da linguagem de onde tirei algumas ideias para esta pesquisa.

A Michele Roman Faria pela leitura e comentário “crítico” das versões, pré-versões e contra-versões do texto.

A Emma Otta pela coragem, carinho e generosidade com que soube me apontar um novo caminho.

A Luís Cláudio Figueiredo pelo acolhimento e risco assumido, pela introdução ao universo da epistemologia, da filosofia da psicanálise e da crítica da cultura.

A Tatiana Assad e Deise Spindola pelo inestimável auxílio na coleta de dados.

Ao grupo das quartas-feiras, especialmente Fuad Kyrillos Neto. A meus alunos em Mogi das Cruzes, onde comecei como professor.

A banca examinadora, ocorrida em 1996, por suas vívidas indagações: Luiz Carlos Nogueira, Manuel Tosta Berlinck, Nelson Coelho Jr. e Octavio Souza.

A Luiz Carlos Nogueira pela oportunidade de iniciar-me aos estudos lacanianos com sua ética e rigor.

A Maria Cristina Kupfer pelas cruciais considerações no exame de qualificação e pelo Prefácio desta edição.

Às instituições que me receberam e às crianças de quem aqui falei.

Ao CNPq pelo financiamento que tornou possível a realização desta pesquisa.

A Adriano Zago e a Zagodoni Editora, que me estimularam a retomar este trabalho.

A meu pai, *in memoriam*.

Prefácio

No fim do ano de 2012, assistimos, no interior do campo da política da saúde mental brasileira, a acontecimentos da maior gravidade. O poder público, representado naquela ocasião pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, lançou documentos e realizou ações nas quais a desqualificação das práticas psicanalíticas para o tratamento do que se chama hoje de Transtornos do Espectro do Autismo era flagrante, ferindo com tais ações o princípio democrático da oferta plural de atendimentos públicos à população.

As reações dos psicanalistas não se fizeram esperar, e rapidamente se organizaram para discutir, debater e reagir à desqualificação de que eram alvo.

Uma das discussões mais calorosas no interior daquelas reações dizia respeito ao modo como deveria ser abordado um dos principais ataques à psicanálise aplicada ao autismo: como responder (se é que devíamos, diziam alguns debatedores) à acusação de que a Psicanálise não apresenta comprovação científica de seus resultados?

O texto de Christian Dunker, cuja escrita iniciou em 1996, mas que temos a felicidade de ver publicado agora

em 2013, cai como uma luva (ou como uma bomba?) nas discussões atuais sobre a cientificidade da Psicanálise.

Justamente, ao partir da interface da Psicanálise com a Etologia, Dunker lança o desafio de conversar com um campo da Psicologia que se alinha com as *Hard Sciences*, que pratica a metodologia experimental e que elege como principal instrumento de pesquisa: a descrição.

Dunker propõe uma discussão que pode interessar aos psicanalistas engajados em pesquisas colocadas em distância perigosa do método clínico psicanalítico clássico – perigosa por se arriscar a descharacterizá-lo. A discussão sobre a pertinência desse tipo de pesquisa, que se fundamenta na psicanálise mas hibridiza sua metodologia com outras como a abordagem quantitativa, está na ordem do dia: como obter penetração nas políticas públicas de saúde mental se não for possível propor uma metodologia com um mínimo de “describibilidade”, com alguma quantificação, que apresente uma validação nos termos da Ciência Oficial, é o que perguntam esses psicanalistas, que estão buscando com tais pesquisas pouco ortodoxas em termos psicanalíticos um modo de se fazer ouvir pelos gestores públicos, principalmente os da primeira infância.

A descrição não costuma ser privilegiada na clínica psicanalítica, embora Freud fizesse uso dela. No texto “Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade” (FREUD, 1908), a descrição de um ataque histérico no qual uma mulher faz alternadamente o gesto de puxar as roupas para si e o gesto de arrancá-las é interpretada, ou seja, é traduzida em termos teóricos, como uma encenação simultânea de uma fantasia feminina (a mulher agredida que busca defender-se) e de outra masculina (o agressor que arranca suas roupas). Ou seja, Freud fazia descrições e as lia de sua perspectiva teórica em construção, mostrando que a investigação psicanalítica “conduz dos sintomas manifestos às fantasias inconscientes ocultas” (p. 1351). Mas a descrição freudiana é, no texto de Dunker, problematizada porque supõe um referencialismo ao qual ele opõe a teorização lacaniana como uma tentativa de superar os problemas que advêm do apoio em um referente.

Dunker discute a possibilidade de falar em descrição psicanalítica, de aproximá-la de uma categoria descritiva da Etologia, a brincadeira turbulenta, e aplicá-la à criança psicótica. Ao examinar minuciosamente o problema, o autor privilegia, não sem razão, a análise da presença do tempo nos diferentes tipos de descrição. Há “descrições que supõem o passado como gerador absoluto do futuro, e que desconhecem o presente; descrições que afirmam o império do presente e

que desconhecem o passado e o futuro.” (p. 188). Mas há descrições que poderiam ser utilizáveis por uma pesquisa psicanalítica; estas seriam aquelas passíveis de historização, ou seja, seriam capazes de “conter em si a antecipação imaginária (futuro), a repetição do real (passado) e o não antecipável do simbólico (presente)” (p. 188).

Para Dunker, a superação da descrição freudiana referencialista pode ser feita, entre outros aspectos, por aquilo que se pode chamar de teoria lacaniana da descrição clínica, que de fato se transforma em uma construção clínica e contém quatro condições (ligação com a proposição, figuração no fantasma, parcialidade e uma dimensão ficcional), todas elas apontando para a noção de tempo.

Se usarmos indicadores fenomênicos em pesquisas longitudinais, por exemplo, e descrições, portanto, que venham a passear na linha do tempo, que venham a ser significados e ressignificados por causa desse passeio que supõe, por ser deslocamento no tempo, o passado, o presente e o futuro, estaremos sendo fiéis a esse tipo de descrição que é compatível com a noção de tempo em Psicanálise. É o caso da Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (KUPFER, 2009), que validou indicadores de risco para o uso de pediatras em consultas de crianças de zero a dezoito meses. Ali estão presentes o *après-coup* (quando os indicadores podem ser alterados depois de relidos mais adiante) e a antecipação imaginária, quando se acompanha e se leva em conta, na construção dos indicadores, a consideração da suposição de sujeito realizada pelo agente materno em relação ao bebê. Assim, a apresentação, realizada por Dunker, da ideia de uma descrição psicanalítica tem consequências para a pesquisa em Psicanálise que se aventura um pouco mais longe do consultório. O interessante é que a temporalização em pesquisas psicanalíticas costuma ser criticada porque supõe “fases de desenvolvimento” (zero a quatro meses, quatro a oito meses etc.), mas a introdução do tempo não é em si mesma um problema para a Psicanálise, caso ele seja considerado nas dimensões real, simbólica e imaginária, e não apenas em sua linearidade cronológica, como o fazem as teorias de desenvolvimento psicológicas. É, finalmente, uma descrição que não é “apesar de quem descreve” (p. 189). Se usarmos indicadores que são lidos na transferência, eles não deixarão de sofrer da leitura do pesquisador, e é exatamente isso que se espera dessa leitura. A temporalidade – e a posição do sujeito pesquisador – são, assim, constitutivas da descrição psicanalítica, conclui Dunker. A descrição não é, portanto, excluída do campo psicanalítico, mas redimensionada e redefinida, a partir de

categorias de análise como o tempo e a noção de linguagem que subjazem a ela.

Dunker conclui: a temporalidade está do lado da Psicanálise enquanto a espacialidade está do lado da Psiquiatria e da Etologia. Assim, não abandona a *démarche* descritiva, mas inclui nela a temporalidade e procede então à descrição, linguístico-temporal, da psicose na criança.

O livro de Dunker tem uma visada clínica. Sua preocupação foi a de encontrar novos parâmetros para orientar o diagnóstico da psicose infantil. Foi preciso uma longa discussão prévia, que dissecou os eixos do tempo e da linguagem para chegar à criança psicótica.

Vamos fazer também uma pequena digressão antes de discutir com Dunker sua contribuição para o diagnóstico da psicose infantil.

A digressão é histórico-política. Lembremos que Christian Dunker está escrevendo em 1996, um ano depois de lançado o DSM-IV. Já em sua edição anterior, no entanto – o DSM-III de 1980 – a rubrica psicose infantil já havia desaparecido. Os Distúrbios Globais do Desenvolvimento a estavam substituindo, com o argumento de que “*as manifestações das psicoses adultas são consideradas como sendo de natureza diversa*” da psicose infantil (AFLALO, 2012, p. 16). É porém no DSM-IV, de 1995, que a exclusão é definitiva.

Em 1987, E. Laurent, citado por Dunker, faz notar uma diminuição de trabalhos psicanalíticos importantes no campo da psicose. Para Laurent, os trabalhos realmente “ricos” aparecem até a primeira parte dos anos 1960. A razão para isso, segundo Laurent, é o fato de que a psicose coloca limites e impasses para a Psicanálise, o que não é desprovido de verdade. A obra de Lacan foi consagrada, principalmente nos primeiros textos, a operar uma *Aufhebung* na Psicanálise, de modo a ampliar seus limites e nela incluir o tratamento possível da psicose.

Assim, assiste-se a dois movimentos mais ou menos simultâneos: de um lado os psicanalistas estão se ocupando menos da psicose e, de outro, os DSM-III e IV a excluem de seu Manual. Seria possível então afirmar que a complexidade, os limites e os impasses da psicose, atestados também pelos psicanalistas, foram estrategicamente aproveitados, entre outras razões, para justificar a sua exclusão da nosografia psiquiátrica? Teriam seus impasses sido neutralizados por interesses não científicos e econômicos, como tem sido amplamente apontado nas discussões atuais que denunciam os interesses farmacológicos envolvidos na produção desses manuais?

É nesse cenário que Dunker está escrevendo em 1996, fazendo um

movimento que vai na contramão quer da produção psicanalítica, quer da psiquiátrica. Mais que isso, dedica-se, laboriosamente, a sofisticar a diferença diagnóstica estrutural entre psicose e autismo. A psiquiatria, enquanto isso, está matando a psicose infantil e dando fôlego ao diagnóstico de autismo.

Entre 1996 e 2013, o debate em torno da possibilidade de apresentar o autismo como uma estrutura diversa daquela da psicose prosseguiu. Rocha (2002) isolou três posições nesse debate, das quais destacamos duas: os defensores da unidade estrutural e os que apontam o autismo como uma estrutura subjetiva diferente.

No primeiro caso, adverte Rocha, a identidade estrutural entre o autismo e a psicose estaria assentada pela forclusão do significante Nome-do-Pai, ou, em outros termos, na instalação da alienação e no fracasso da separação. No segundo caso, continua Rocha, propõe-se que a formulação de uma estrutura clínica diferente poderia responder melhor às vicissitudes específicas das crianças autistas. E cita, entre outros autores, Laznik-Penot (1997), para quem o autismo está aquém da alienação, e que propõe o mecanismo de elisão, ou evitamento, mais arcaico do que a forclusão do psicótico.

O que se extrai desse debate é um elemento que só reafirma o acerto da direção tomada por Dunker: nas tendências em debate, está sempre presente, como sugere Holanda, a consideração da temporalidade, sendo este um ponto de acordo, atestado em expressões comuns às duas tendências quando se referem ao autismo: “*O autismo se localiza em um certo tempo prévio ao da psicose; é situado como vicissitude da etapa mais primeva da organização libidinal*”. E se referem, de forma unânime, ao autismo como uma problemática pré-especular, ao passo que a psicose estaria situada no tempo do espelho (ROCHA, 2002).

Passados 16 anos do texto de Dunker, qual é o cenário? No DSM-IV-R e às vésperas do DSM-V o autismo ganhou um enorme espectro, a quantidade de diagnósticos de autismo cresceu de modo epidêmico (note-se bem: foi o diagnóstico e não o autismo que cresceu de modo epidêmico) e a psicose infantil desapareceu do cenário psiquiátrico. O aumento e a indiferenciação das categorias no interior do grande espectro, diga-se de passagem, não serve sequer ao esforço nosológico psiquiátrico, que costuma ser o de diferenciar para melhor tratar. Sabemos dos resultados desse “enxugamento” dos quadros: os psiquiatras responsáveis pelo DSM-V permitiram – nas palavras de Steven Sharfstein, antigo presidente da APA (American Psychiatric Association) – “que o modelo biopsicossocial se transformasse em um modelo bio-

bio-bio" (citado por AFLALO, 2012, p. 35). Isto mostra mais uma vez que os interesses envolvidos não são os científicos.

Entre os psicanalistas ainda reina uma discordância sobre haver ou não uma distinção estrutural entre psicose e autismo. E sabemos das consequências políticas de adotar uma ou outra posição. Reforçar o diagnóstico de psicose infantil colocando o autismo como seu caso particular é contrariar fortemente interesses de vários lados, que não querem mais ouvir falar de doença mental ou de loucura associadas à infância, preferindo descrições mais brandas como a deficiência intelectual. Mas destacar o autismo como categoria independente reforça, sem que o desejemos, o movimento do *main stream* de tornar hegemônico o autismo e acaba por produzir, mesmo no interior do campo psicanalítico, a diminuição dos trabalhos em torno da psicose infantil.

Bem, Dunker não se esqueceu da psicose infantil, e agora traz para o público este importante trabalho. Ao propor a multiestratificação linguística do psiquismo como contribuição aos estudos etiológicos da psicose infantil, fez mais que colocá-la em cena e lhe dar novo vigor. Com a perspectiva histórica que temos hoje, é possível perceber que essa proposta vem em socorro do diagnóstico diferencial.

No que consiste esse modelo? Apoiado em uma leitura muito original da Carta 52, de Freud (p. 52-70), Dunker propõe o estabelecimento de três descrições (no sentido psicanalítico) da psicose a partir não de ausências (modelo deficitário) mas de entaves ou vicissitudes nas articulações ou passagens entre os diferentes estratos pelos quais deve passar um sujeito em sua aventura de constituição na e pela linguagem. Esses estratos são linguístico-temporais, e os diferentes tipos de psicose se definiriam pela localização do sujeito em sua passagem por esses três planos. As três situações clínicas são pensadas então a partir das diferentes "implantações" das ideias de linguagem e de temporalidade presentes no modelo. E conclui que devemos reter principalmente as duas formas clínicas que podem ser caracterizadas como estruturas clínicas a partir dele: a psicose e o autismo.

As psicoses não decididas de Bernardino (2004) são um modelo que "conversa" bem com a pluriestratificação linguística. Também a sua proposta leva em conta a necessária articulação entre estrutura e tempo (problema nomeado por Dunker como o da tensão entre estrutura e dialética); também para Bernardino (2004) se trata de situar, a partir da noção lacaniana de linguagem, os tempos lógicos (embora não estratos) de Lacan e de definir, a partir deles, posições da criança na psicose. "A infância é o tempo das inscrições e da confirmação destas ins-

crições, vindas do Outro" (Bernardino, 2004a). Para ela, as escansões entre um tempo e outro marcam as vacilações do sujeito. Essas vacilações poderiam ser pensadas como um "efeito da ausência ou empecilho à tradução" na passagem dos diferentes estratos assinalada por Dunker? As estratificações de Bernardino se ligam às do tempo lógico de Lacan, mas a ideia de suspensões ou empecilhos na passagem de um tempo ao outro estão presentes em ambos os modelos.

Qual a diferença entre psicose e autismo para a qual o modelo de Dunker aponta?

No caso das psicoses autísticas, o nó etiológico estaria na não fissura da função sígnica, e na manutenção, numa proporcionalidade estável, da relação entre significante e significado. No caso das psicoses propriamente ditas, haveria uma irrealização da simultaneidade própria à função metafórica da qual a metáfora paterna seria um caso entre outros. (p. 262)

O leitor terá a oportunidade de acompanhar passo a passo a elaborada análise linguística apresentada neste livro assim como as consequências, para o autista, de que não tenha ocorrido a necessária fissura da função sígnica para o advento do sujeito na linguagem e particularmente para a sua passagem por um determinado estrato. E verá também a construção da psicose como uma irrealização da simultaneidade própria à função metafórica. Mas já podemos vislumbrar nessa formulação a presença da linguística e sua articulação com a temporalidade que, na afirmação sobre a psicose, expressa-se pela ausência de simultaneidade e conseqüente deslizamento metonímico sem ponto de basta. Essa articulação linguístico-temporal proposta faz mais do que apresentar características independentes que, somadas, configuram um ou outro quadro psicopatológico, como faz a Psiquiatria, mas coloca tais características ou descrições em relação dialética com as múltiplas possibilidades dadas pelas traduções e retranscrições entre os estratos linguísticos, bem como pelos movimentos temporais (simultaneidade, sucessão, paralisação) ali situados. Assim, há que se ressaltar que a novidade deste modelo não está nos elementos postos em jogo, e sim na articulação linguístico-temporal que ele propõe. Estamos, desse modo, longe do DSM-V!

Em termos clínicos, essa distinção entre psicose e autismo poderá então nortear, por exemplo, a leitura das produções de crianças psicóticas e autistas, para as quais está em jogo a instabilidade de produções, no primeiro caso, e a sua estabilidade radical, no segundo. A

instabilidade das produções verbais de uma criança psicótica e o desaparecimento dessas produções com o passar do tempo levam muitos psiquiatras a supor que estamos diante um quadro degenerativo de base genética. Com base no modelo de Dunker pode-se não apenas mostrar a estrutura psicótica em jogo e sua complexa determinação, mas diferenciá-la do autismo, no qual não haveria instabilidade mas predominância da dimensão signica da linguagem, e da qual resultam “a ausência de contextos metafóricos e a paralisação da reversibilidade pulsional”. Com efeito, é muito diferente que uma criança não pare de perguntar (*O que você quer?*) sem se contentar com nenhuma resposta, mostrando essa instabilidade verbal, e outra criança que funcione em um sistema estável e repetitivo de algum gesto sem nenhum apelo ao Outro, como pode ser um gesto estereotipado, no qual se colem significante e significado.

Falta distância histórica para sabermos os desdobramentos da luta política iniciada em 2012, à qual aludimos na abertura deste Prefácio. Mas uma coisa pode ser dita: textos como o de Christian Dunker trabalham na direção de manter viva a invenção freudiana em tempos sombrios, nos quais mais que nunca é necessária a leitura do sujeito para não deixá-lo morrer.

M. Cristina Kupfer

São Paulo, outubro de 2013

Referências

AFLALO, A. (2012). *Autisme: nouveaux spectres, nouveaux marchés*. Paris: Navarin.

BERNARDINO, L. M. F. (2004). *As psicoses não decididas na infância: Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2004a). A intervenção psicanalítica nas psicoses não decididas na infância. In: Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, 5., 2004, São Paulo. *Proceedings online...* Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032004000100004&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 21 Abr. 2013.

FREUD, S. (1973). Fantasias históricas y su relacion con la bisexualidad. In: S. FREUD. *Obras completas* (Luiz Lopes Ballesteros y de Torres,

trad., Vol.2, pp. 1349-1353). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1908)

KUPFER, M. C. et al. (2009). Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath. Online*, v. 6, n. 1, p. 48-68.

LAZNIK-PENOT, M-C. (1997). *Rumo à palavra*. São Paulo: Escuta, 1997.

ROCHA, F. H. (2002). Autismo: controvérsias na psicanálise.. In: Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, 4., São Paulo. *Proceedings online...* Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032002000400007&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 21 Abr. 2013.

Nota sobre a bibliografia

Os artigos e livros de Freud e Lacan serão referidos em português e indicados no texto a partir da data provável de sua redação ou pronunciamento. No caso dos Seminários, será indicado o número do livro correspondente de acordo com a ordem e titulação estabelecida por Jacques-Alain Miller. Recorreremos a tal procedimento porque nos pareceu importante preservar a ordem de acontecimento dos textos no interior das respectivas obras, sem tornar a citação demasiadamente extensa no corpo do trabalho. As demais referências indicam sempre a data da edição ou reimpressão da obra sobre a qual trabalhamos.

Índice

1	Introdução.....	21
2	Aspectos Clínico-Descritivos da Psicose na Criança.....	33
3	Considerações sobre a Epistemologia da Psicanálise.....	47
4	Sobre a Relação entre Teoria e Clínica em Psicanálise.....	63
5	Freud e o Modelo da Multiestratificação linguística.....	75
6	As Origens do Tema da Linguagem em Lacan: a Tese de 1932.....	95
7	A Origem do Ego: Espaço Imaginário e Tempo Simbólico.....	105
8	O Sujeito entre Dialética e Estrutura.....	117
9	Diagnóstico e Etiologia de Freud a Lacan.....	139
10	A Psicose na Criança.....	157
11	A Linguagem na Psicose da Criança.....	169

12	Aspectos de Filosofia da Linguagem: Lacan e a Descrição	177
13	A Temporalidade como Condição de Tradução.....	197
14	Tempo e Espaço nas Descrições Psicanalíticas.....	211
15	A Agressão como Metonímia	227
16	A Brincadeira Turbulenta como Metáfora.....	233
17	O Olhar: Prazer, Satisfação e Gozo	241
18	O Sujeito e o Ato	249
19	Signo, Significante, Som	255
20	Considerações Finais.....	259
21	Bibliografia	265

1

Introdução

A origem de meu interesse pelo tema da psicose na criança merece ser colocada. Em 1988, frequentava o quarto ano do curso de Psicologia e inscrevi-me numa disciplina cujo objetivo era introduzir o aluno à prática da pesquisa. Sob orientação da Profa. Emma Otta, passei a estudar uma forma de comportamento que vinha recebendo um interesse crescente de etólogos em várias partes do mundo: a brincadeira turbulenta. Essa espécie de imitação lúdica da agressão estava presente em muitas culturas, em diversas espécies de animais e aparecia espontaneamente no início da vida dos indivíduos – três indicações que faziam supor a relevância filogenética desse comportamento.

Nossa primeira pesquisa, de cunho observacional, procurou investigar as variações que poderiam existir na brincadeira turbulenta, comparando sua incidência entre crianças de escolas da classe alta de São Paulo e crianças que frequentavam instituições públicas da periferia desta mesma cidade. As crianças deste último grupo pareciam muito mais hábeis em interpretar o limiar entre a brincadeira e a agressão efetiva (OTTA, 1988). Essa modula-